

ANÁLISE DAS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS DO AGRONEGÓCIO ATUANTES NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-RS

ANALYSIS OF THE SOCIO-ENVIRONMENTAL ACTIONS DEVELOPED BY AGRIBUSINESS PUBLIC ORGANIZATIONS OPERATING IN THE MUNICIPALITY OF SÃO GABRIEL-RS

Cunha, I.B., Barata, A. J., e Alves, R.R.

¹Bacharel em Gestão Ambiental, Universidade Federal do Pampa, São Gabriel, RS, Brasil

²Doutora em Agronegócios, Professora Adjunta, Universidade Federal do Pampa, São Gabriel, RS, Brasil

³Doutor em Ciência Florestal, Professor Adjunto, Universidade Federal do Pampa, São Gabriel, RS, Brasil

Resumo

A era pós Revolução Industrial marcou o início do inchaço populacional nos grandes centros, surgimento das tecnologias e consequentemente o desequilíbrio ambiental. Durante o século XX intensificaram-se as discussões em torno dos questionamentos de exploração dos recursos naturais, com a Conferência de Estocolmo. Atualmente os setores da economia têm buscado inovações e estratégias mais sustentáveis, este é o caso do Agronegócio e mediante este fato, o presente trabalho teve como objetivo caracterizar as ações socioambientais desenvolvidas pelas organizações públicas do agronegócio, atuantes no Município de São Gabriel (RS). Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos sobre Gestão Pública e Organizações do Agronegócio. Posteriormente foi construído um roteiro de entrevistas, contendo 14 questões, divididas em dois grupos, sendo o grupo 1 Gestão Pública e grupo 2 Gestão Pública no Agronegócio. Foram entrevistados técnicos de quatro organizações: EMATER, IRGA, FEPAGRO E Secretaria da Municipal da Agricultura. Após análise do instrumento de coleta de dados, conclui-se que as organizações entrevistadas possuem um comprometimento no desenvolvimento de ações socioambientais nas atividades de extensão, pelas instituições EMATER e IRGA, no segmento da pesquisa, pela FEPAGRO e agente disseminador de programas sociais políticos, pela Secretaria Municipal da Agricultura de São Gabriel (RS).

Palavras – chave: ações sociomanbientais, agronegócio, organizações públicas, políticas interna, sustentabilidade

Abstract

The post-Industrial Revolution era marked the beginning of swelling populations in the big centers, the arrival of technologies and, consequently, environmental imbalance. During the XX century, there were intense debates on the problems of exploring the natural resources, at the Stockholm Conference. Currently, the economy sectors have pursued more sustainable innovations and strategies, which is the case of agribusiness and in light of this fact, the objective of the present paper consists in characterizing the socio-environmental actions developed by public organizations of agribusiness, operating in the municipality of São Gabriel (RS). We conducted a bibliographic research including books and scientific articles on Public Administration and Agribusiness Organizations. Later, an itinerary of interviews was created, comprising 14 questions, split into two groups: group 1 Public Administration and group 2 Public Administration at Agribusiness. Technicians of the following four organizations were interviewed: EMATER, IRGA, FEPAGRO and the Municipal Secretariat of Agriculture. After analyzing the data collection tool, it was concluded that the interviewed organizations are committed to developing socio-environmental actions in their extension activities, by IRGA and EMATER institutions, in the research segment, by FEPAGRO and disseminating agents of social and political programs, by the Municipal Secretariat of Agriculture of São Gabriel (RS).

Key words: socio-environmental actions, agribusiness, public organizations, internal policies, sustainability.

1 Introdução

Na era nômade deu-se início a exploração dos recursos naturais. No entanto, a população era dispersa e, em função disso, a natureza tinha uma maior capacidade de reagir aos impactos negativos causados. Um marco histórico para a urbanização dos grandes centros, surgimento das tecnologias, crescimento econômico e desequilíbrio ambiental, foi a Revolução Industrial.

As discussões mundiais relacionadas ao meio ambiente surgiram no século XX e se acentuaram a partir da realização da Conferência de Estocolmo. Anteriormente a esse período, a população mundial percebia os recursos naturais como inesgotáveis, porém foi a partir de discussões como ocorrido em Estocolmo na Suécia, em 1972, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, originando um documento intitulado “Limite de Crescimento” (Moradillo e Oki, 2004). Resultou ainda na obrigação dos países em aperfeiçoarem suas tecnologias e redução no uso e disposição de poluentes, em seus processos produtivos (MMA, 2015a).

Conforme Adissi e Neto (2013), no Brasil, após a pressão internacional com a preocupação com os efeitos ambientais, em 1973, criou-se a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente). Desta forma, a política ambiental do país agregou novos instrumentos de gestão e proteção dos recursos como a PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente), SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) e o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente).

Foi a partir da Constituição Federal de 1988, o marco constituinte para a preservação ambiental, em todos os aspectos, pois em seu art. 225 aborda a regulamentação dos estudos de impactos ambientais, princípio do poluidor-pagador, o conceito de desenvolvimento sustentável e a criação de legislação para crimes ambientais (Theodoro et. al., 2004).

Todo o aparato legal de preservação e cuidado com os recursos naturais, em vigor no Brasil são de grande importância para a mudança de comportamento das organizações dos mais variados segmentos econômicos, mesmo por meio de punições, visto que não há desenvolvimento de uma atividade sem gerar impacto no entorno.

A busca da gestão alicerçada no tripé da sustentabilidade, considerando os fatores ambientais, sociais e econômicos, possibilita as organizações públicas e privadas uma visão mais estratégica do todo.

Segundo Theodoro et al. (2004), o estabelecimento de procedimentos fortalece a busca de uma nova maneira de gerenciar o uso dos recursos naturais. Um exemplo disso é a assinatura da Declaração do Milênio, no ano de 2000, por 191 países, incluindo o Brasil, em prol do estabelecimento de medidas a favor da sustentabilidade. Nessa declaração, estabeleceram-se oito objetivos para serem alcançados até 2015: combate a fome e a miséria, educação básica e de qualidade para todos, igualdade entre sexos e valorização da mulher, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde das gestantes, combate a AIDS, Malária e outras doenças, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento (ODM, 2015).

Atualmente, todos os setores da economia têm pesquisado e desenvolvido soluções tecnológicas mais sustentáveis. Dentre estes setores, está o agronegócio. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar as ações socioambientais desenvolvidas pelas organizações públicas do agronegócio, atuantes no Município de São Gabriel (RS). Primeiramente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em documentos, livros e artigos científicos sobre Gestão Pública e Organizações do Agronegócio. Posteriormente, foi construído um roteiro de entrevistas, articulado com o referencial teórico, direcionado aos técnicos que atuam nas organizações públicas do agronegócio a fim de conhecer as ações voltadas à sustentabilidade, desenvolvidas por estas organizações.

2 Referencial Teórico

2.1 Gestão Pública

O enfoque ambiental na Gestão Pública tem sido crescente nos últimos anos, tanto nos níveis federais, estaduais ou municipais. A busca por ações e projetos mais sustentáveis que contribuam para a minimização dos impactos já se tornaram realidade no meio empresarial e nos órgãos governamentais. Como exemplo de uma medida governamental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em prol de incentivar empresas públicas a adotarem e implantarem atuações na área socioambiental, em 1999 foi criado a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e oficializada pela Portaria N° 510/2002 (Barata et al., 2007).

O credenciamento das instituições na A3P é de forma voluntária e exige uma mudança cultural em relação à adoção de ações sustentáveis no ambiente de trabalho, com engajamento de todos os colaboradores sobre cinco eixos temáticos (Figura 1): uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação e licitações sustentáveis (MMA, 2015b).



Figura 1. Eixos temáticos que apóiam a implantação da A3P

Fonte: Elaborado a partir de MMA (2015b).

A partir do ano de 2004, tem sido feito um termo de adesão formal ao programa, com duração de cinco anos e para serem renovados os processos são reavaliados. Em janeiro de 2015, havia 241 instituições públicas no âmbito municipal, estadual e federal que possuíam o termo em vigência com o programa e 541 órgãos cadastrados para troca de experiências (MMA, 2015b).

Em 2014, o governo federal constituiu um programa para atender as demandas da sociedade brasileira. Este programa foi desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no qual através da SEGEP (Secretaria de Gestão Pública) instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA.

A GESPÚBLICA tem como finalidade mobilizar a administração pública para oferecer serviços de melhor qualidade aos cidadãos. Este programa segue o Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP, que pretende adotar estratégias para a implantação de um modelo referencial de Gestão Pública na área de apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, objetivando a inovação e melhoria contínua da gestão. Dentre as estratégias implementadas pelo programa GESPÚBLICA, destaca-se o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Auto-avaliação da Gestão, o qual busca aferir e analisar as práticas de gestão e os resultados obtidos pela organização pública e através deste diagnóstico, sugerir e promover a adoção de melhorias na gestão organizacional, para que ela alcance novos patamares (MPOG, 2015).

2.2.1. Organizações Públicas do Agronegócio

Existem várias organizações públicas que atuam na área de agronegócios e desenvolvem projetos, pesquisas ou disponibilizam linhas de créditos voltados a projetos socioambientais. Dentre elas, destacam-se: IRGA, Emater, Fepagro, Embrapa, CONAB, BNDES, BRDE e Ministério de Agricultura. Essas organizações públicas operam com recurso público oriundo das instâncias estaduais e federais.

A seguir algumas destas organizações serão detalhadas.

2.2.1.1. IRGA

No ano de 1930 foi constituído o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, que posteriormente passou a ser denominado Instituto Rio Grandense do Arroz – IRGA, em 1940, através do Decreto-Lei nº 20. Segundo o estatuto do IRGA, este órgão caracteriza-se por ser uma autarquia administrativa, subordinada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

O IRGA tem por finalidade o desenvolvimento sustentável do setor orizícola do Rio Grande do Sul, através de ferramentas como o conhecimento, informação e tecnologias e propõe políticas tanto de interesse organizacional quanto para o consumidor. É competência do instituto, defender a orizicultura, desde sua produção até o mercado final, garantindo boas práticas e atendendo aos produtores, indústria, comerciantes e consumidores (IRGA, 2015a).

Uma das iniciativas de projetos ambientais elaboradas pelo IRGA é o Selo Ambiental da Lavoura de Arroz Irrigado do Rio Grande do Sul. Este Selo consiste em uma premiação destinada as empresas agrícolas produtoras de arroz, que atendem a critérios estabelecidos de manejo da lavoura, cumprimento da legislação ambiental, dentre outros. Este selo poderá constar na embalagem do produto, na nota fiscal emitida ou até mesmo em uma placa na propriedade, agregando valor tanto ao produto quanto para a empresa. A implantação deste selo representa um comprometimento das organizações orizícolas com a sustentabilidade ambiental e responsabilidade social (IRGA, 2015b).

2.2.1.2. EMATER

A instituição foi fundada em 1955 com o objetivo de atender as famílias agricultoras no meio rural, sendo reconhecida como prestadora oficial de serviço extensionista. A Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) atende à agricultura familiar, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas e assentados, contemplando mais de 250 mil famílias sediadas em 480 municípios.

O trabalho desenvolvido pela Emater consiste na prestação de assistência técnica ao homem do campo, produtor de alimento. Além disso, esta organização é responsável por:

- Orientar o uso de novas tecnologias para melhorar o desempenho do cultivo;
- Solucionar problemas de saneamento básico ou ambiental;
- Estimular a conscientização da importância da disposição correta dos resíduos sólidos na propriedade;
- Promover ações educativas para a proteção à saúde e preservação ambiental.

Entre os vários projetos realizados pela Emater, destaca-se a agricultura de base ecológica, no qual está inserido o manejo e conservação dos solos e água, onde os agricultores recebem orientações de boas práticas como o plantio direto, rotação de culturas, dentre outros. O projeto Artesanato Rural é feito com o aproveitamento de matérias-primas oriundas da região, proporcionando uma renda adicional as comunidades.

Outra ação da Emater para proporcionar uma maior geração de renda na área rural é o incentivo ao turismo rural, que visa à sustentabilidade, integração das comunidades e valorização do meio ambiente. Para a preservação dos recursos naturais, a instituição trabalha com a Educação Ambiental nas famílias, inserindo nas programações seminários, campanhas, palestras, cursos e dias de campo, a fim de discutir a problemática ambiental no setor do agronegócio.

A Emater procura desenvolver a gestão ambiental nas propriedades rurais em relação ao saneamento básico, orientando a comunidade local para proteção de fontes naturais para o consumo humano, implementando redes de fornecimento de água, encaminhando amostras de água para análise laboratorial, auxiliando na construção e/ou instalação de equipamentos sanitários para tratamento e disposição final de esgotos dos domicílios rurais. Ademais, os extensionistas orientam os produtores na gestão dos resíduos sólidos, através do reaproveitamento, inclusive do resíduo orgânico para compostagem (Emater, 2015).

2.2.1.3. FEPAGRO

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) foi instituída pela Lei nº 10.096 de 31 de Janeiro de 1994 e está vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio. As principais atividades desenvolvidas pela Fepagro são a pesquisa e a experimentação no setor agropecuário (BRASIL, 2011).

Muitos projetos desenvolvidos pela Fepagro são feitos em parceria com as Universidades. Um destes é o Programa Mais Água, instituído em 2011, visando avaliar as práticas adequadas de manejo do solo e resíduos de suínos, além do monitoramento das condições meteorológicas, aliados a uma avaliação socioeconômica de diferentes sistemas agrícolas. Este programa prevê a indicação das melhores formas de manejar o solo para a redução dos impactos ambientais (FEPAGRO, 2011).

Atualmente, a FEPAGRO dispõe de centros de pesquisa localizados em 19 municípios do Rio Grande do Sul. Conta com laboratórios na sede, em Porto Alegre, e na Fepagro Saúde Animal, em Eldorado do Sul, além de outros no Interior.

No município de São Gabriel (Figura 2) localiza-se uma das unidades chamada FEPAGRO FORRAGEIRAS – Centro de Pesquisa Anacreonte Ávila de Araújo. Nesta unidade, as linhas de pesquisas desenvolvidas são:

- Coleta, seleção e melhoramento genético de plantas forrageiras;
- Recuperação e restauração de campos naturais;
- Nutrição de ruminantes;
- Manejo de pastagens

A Fepagro Forrageiras foi fundada em 1941 e desde então desenvolveu relevantes trabalhos de pesquisa na área de forragicultura. A Estação Experimental foi, durante muitos anos, o único órgão de pesquisa localizado na região de São Gabriel, estratégica por sua posição geográfica no Estado. Na década de 1970, o Centro era reconhecido nacional e internacionalmente como um Centro de excelência na pesquisa de forrageiras (FEPAGRO, 2015).

Figura 2. Áreas e programas de pesquisa da Fepagro



Fonte: Fepagro, 2015.

As atividades desenvolvidas pela Fepagro estão concentradas em quatro grandes áreas de pesquisa: Produção Animal, Produção Vegetal, Recursos Naturais Renováveis e Sanidade Animal. Os trabalhos são desenvolvidos através de seus programas de pesquisas.

2.2.1.4. Secretaria Municipal da Agricultura

Vinculada à Prefeitura Municipal de São Gabriel, a Secretaria da Agricultura é uma das organizações atuantes no agronegócio. A mesma responde pela implementação de várias ações do atual governo, para a população rural do município.

A Secretaria viabiliza assistência básica como o programa Luz para Todos, visto que nos dias de hoje nem todas as famílias de agricultores contam com este tipo de serviço. Outra forma de assistência é o programa Balde cheio, utilizado para auxiliar pequenos produtores na produção leiteira.

Existem várias outras organizações públicas que atuam no segmento dos agronegócios, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, o Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, dentre outras.

Como esta pesquisa visa caracterizar as ações socioambientais desenvolvidas pelas organizações públicas do agronegócio atuantes no Município de São Gabriel (RS), serão investigadas as seguintes organizações públicas: IRGA, FEPAGRO, EMATER e Secretaria da Agricultura. Tais organizações foram selecionadas em virtude de estarem presentes no município de São Gabriel. As demais organizações possuem escritórios em outros municípios.

A seguir, é apresentada a metodologia adotada para a realização da pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. Descrição da região de estudo

O Município de São Gabriel – RS, possui uma área de 5.023,821km² e uma população estimada em 2014 de 60.692 habitantes (IBGE, 2015).

A base econômica principal de São Gabriel é o setor agropecuário, no qual prevalece a produção de arroz (30.000ha), gado de corte e soja (32.000ha) e tem se buscado o desenvolvimento de outras culturas no município, como piscicultura e a apicultura, sendo este representado pela COAPAMPA - Cooperativa de Mel do Pampa (São Gabriel, 2015a).

A Figura 3 ilustra o Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, com a localização do Município de São Gabriel (RS).

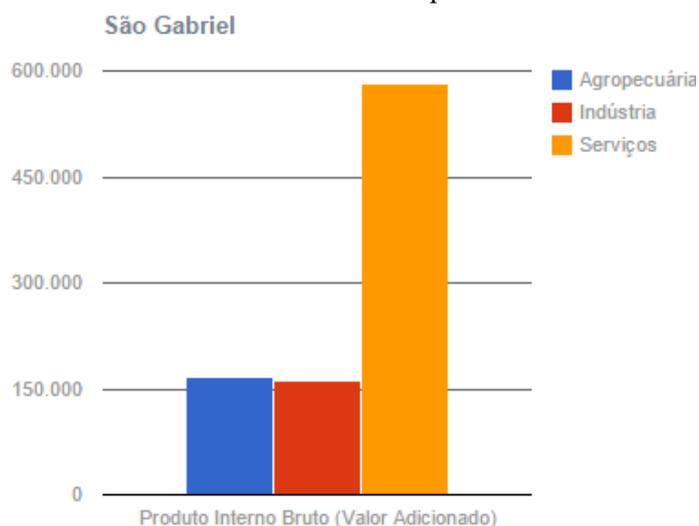
Figura 3. Localização do município de São Gabriel - RS



Fonte: IBGE, 2012.

Conforme a Figura 3, São Gabriel está localizada na metade sul do Estado, 320 km à oeste da capital Porto Alegre (São Gabriel, 2015b). Possui as coordenadas -30.32547125932808" S de latitude e -54.33563232421875" W de longitude (IBGE, 2015a). O Município representa grande importância no setor do agronegócio, a nível local, por ser a base econômica e o perfil cultural da cidade, sendo a maioria dos serviços prestados provenientes do campo. O PIB (Produto Interno Bruto) do município está entre 1.5098,04 a 1.9713,42 reais e o setor da agropecuária contribui com um adicional de 166.816,00 reais na economia de São Gabriel (IBGE, 2014c), conforme demonstrado na Figura 4.

Figura 4. Produto Interno Bruto Adicionado ao município de São Gabriel, RS



Fonte: IBGE, 2015c.

Com base na Figura 4 é possível constatar a importância da agropecuária para o município de São Gabriel, visto que representa a segunda maior fonte de valor adicionado ao

município, sendo ultrapassada apenas pelos serviços, que somam aos cofres públicos 581.676,00 reais e muitos destes serviços disponíveis são ligados ao Agronegócio (IBGE, 2014b).

3.2. Coleta de Dados

Primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico sobre Gestão Pública e Gestão Pública em Agronegócios, onde buscou-se embasamento teórico por meio de artigos científicos, livros, dados do IBGE, Ministério do Meio Ambiente e Agricultura. A seguir, com base na fundamentação teórica, passou-se a etapa de elaboração e estruturação do roteiro de entrevista. Desse modo, a fonte de coleta de dados utilizada foi a entrevista não estruturada, por se tratar de uma fonte de informação de dados primários e também por permitir uma maior interação entre o pesquisador e o entrevistado.

O instrumento de coleta não estruturada, consiste na realização de perguntas abertas que o entrevistado responde com suas próprias palavras. São conhecidas também como perguntas de resposta livre. Uma das vantagens da entrevista não estruturada, é que o entrevistado tem liberdade de expressar qualquer ponto de vista, deste modo, seus comentários e explicações podem dar ao pesquisador valiosas informações sobre o entrevistado (MALHOTRA, 2001).

O instrumento de coleta de dados é composto por 14 questões, divididas em dois grupos por temáticas. O Grupo 1 trata de questões relacionadas a Gestão Pública e o Grupo 2 refere-se a Gestão Pública em Agronegócio. Foram entrevistados técnicos de quatro organizações públicas no Município de São Gabriel: Emater, Fepagro, Secretaria da Agricultura e Irga. Os entrevistados serão codificados para o sigilo e a liberdade no ato de responder ao questionário. Foi solicitado aos respondentes que sinalizassem as ações socioambientais das organizações e não relativas a seu cargo.

O Quadro 1 descreve o perfil dos entrevistados.

Quadro 1. Caracterização do perfil dos entrevistados

Codificação	Organização Pública Investigada	Perfil do entrevistado
E1	Secretaria da Agricultura	Secretário
E2	Emater	Médico Veterinário e Extensionista Rural
E3	Fepagro	Pesquisadores
E4	Irga	Técnico Superior Orizícola

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente, com os técnicos das quatro organizações públicas do Município de São Gabriel: Emater, Fepagro, Secretaria Municipal da Agricultura e Irga.

De acordo com Gil (2009) a entrevista é uma técnica eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca dos mais diversos aspectos da vida social. A pesquisa realizada é qualitativa. Segundo Malhotra (2001), esse tipo de pesquisa é caracterizada por ser exploratória baseada em pequenas amostras e que proporciona *insights* e compreensão do contexto do problema.

Para a análise dos dados das entrevistas foi realizada a verificação das respostas obtidas e um comparativo entre as organizações, para a identificação das ações socioambientais desenvolvidas pelas mesmas.

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1. Gestão Pública

Na primeira questão, indagou-se aos técnicos entrevistados se nos últimos cinco anos foram desenvolvidas ações e projetos mais sustentáveis que contribuíssem para a minimização dos impactos negativos na organização que trabalham. Todos os entrevistados responderam “Sim”. E2 citou que identificam sempre um público necessitado para o atendimento da organização, geralmente comunidades pobres (agricultor familiar, quilombolas), E4 destacou a demanda social e a consciência institucional como fatores que contribuíram para a aplicabilidade de ações mais sustentáveis nas organizações. Percebeu-se que há um comprometimento efetivo por parte dos entrevistados com a realização de ações e projetos mais sustentáveis.

Posteriormente, na segunda questão, indagou-se aos entrevistados se eles tinham conhecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que visa o uso racional do recursos naturais e bens públicos, qualidade de vida no trabalho, entre outras práticas geralmente aplicadas em escritórios. Metade dos técnicos responderam que não tinham conhecimento, no entanto, as ações socioambientais desenvolvidas pelas organizações são semelhantes à A3P. E3 e E4 destacaram que tais ações não são repassadas pela organização, mas sim advém de uma proposta individual e, de certa forma, estão fundamentadas nos conceitos previstos na Agenda Ambiental, embora não tivessem conhecimento desta ferramenta. E1 e E2 ressaltaram a preocupação da organização como um todo, com a qualidade de vida dos funcionários e também com as famílias assistidas, na realização das atividades relativas às ações ambientais previstas pelas organizações. Na terceira questão, indagou-se sobre o interesse em busca de adequação à legislação pública ambiental vigente, por parte dos agricultores. Apenas E1 percebe um retrocesso, tendo em vista a constante redução do campo nativo. E1 e E2 afirmam a busca constante dos proprietários rurais nas organizações, para maiores esclarecimentos e ainda apontaram o processo de adequação como sendo lento e ineficiente. E4 destaca que 80% dos agricultores ainda são levados à se adequarem por meio da fiscalização dos órgãos ambientais. No entanto, o agricultor só tende a agregar valor ao seu produto e sua terra, se conscientizando através de boas práticas de manejo dos recursos naturais.

O Quadro 2 apresenta uma descrição do desenvolvimento de soluções socioambientais pelas organizações, nas propriedades rurais, conforme descrito na quarta questão.

Quadro 2. Soluções socioambientais desenvolvidas pelas organizações do agronegócio nas propriedades rurais.

Entrevistado	Soluções socioambientais desenvolvidas pelas organizações públicas do agronegócio
E1	Programas Luz para todos; Água para todos; Minha casa, minha vida rural; Postos dos correios no meio rural
E2	Porta vozes das comunidades e realização de palestras sobre educação alimentar, saúde da mulher agricultora
E3	Estudos nas áreas de uso eficiente da água
E4	Práticas conservacionistas na lavoura

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A quinta questão, questionou a presença ou ausência da temática ambiental na missão e visão das organizações. Todos os entrevistados afirmaram que sim, e apontaram alguns fatores motivadores.

- E1 respondeu referente a preocupação em orientar a comunidade atendida, sobre crimes ambientais, legislação, e regularização das zonas rurais.
- E2 enfatizou a responsabilidade com a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento social e educacional no trabalho de extensão rural.
- E3 salientou as políticas públicas de incentivo à projetos sustentáveis.
- E4 destacou a busca pela sustentabilidade na produção.

Todas estas formas de inserção da questão ambiental nos valores da organização, demonstram um grande avanço, no sentido de mudança das prioridades. Além disso, os respondentes salientaram que o trabalho social também tem se tornado fundamental na maioria das instituições públicas, para o desenvolvimento das suas políticas internas.

Ao indagar aos técnicos entrevistados, na sexta questão, se a organização em que eles trabalham desenvolve a Gestão Ambiental no meio rural, todos responderam que sim. A maioria das organizações entrevistadas aborda o tema na forma de palestras, também no atendimento direto às famílias agricultoras na extensão rural e através de pesquisas em parceria com universidades e outras instituições apoiadoras. E4 possui a iniciativa de premiar os agricultores que preenchem uma série de requisitos a respeito das normas ambientais, por meio da concessão do Selo Ambiental ao arroz produzido da maneira que atenda as exigências contidas no regulamento da organização. Os produtores que aderem boas práticas de manejo, podem receber este Selo que representa um diferencial frente ao mercado consumidor, que está cada vez mais exigente na busca pela procedência do alimento a ser consumido pela família.

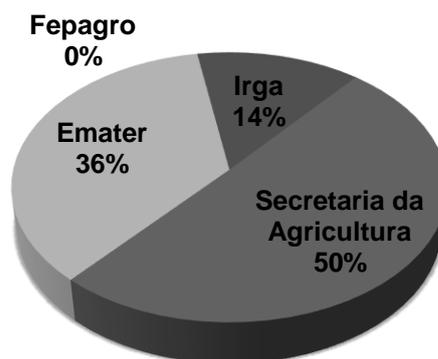
Indagados sobre a recomendação de alguma prática social nas propriedades rurais, conforme a sétima questão e última questão do grupo 1, os entrevistados E2 e E4 responderam que sim, através do trabalho extensionista das organizações, engajadas com a busca pela melhoria da qualidade de vida e ambiental da população rural.

4.2. Gestão Pública em Agronegócios

As organizações entrevistadas atendem grande parte da população rural, de 0 a 1.000 ha. A Figura 5 apresenta um panorama das propriedades rurais assistidas no município de São Gabriel, conforme a primeira questão do grupo 2.

Figura 5. Porcentagem de propriedades rurais assistidas por cada organização pública do agronegócio no município de São Gabriel (RS).

Propriedades Rurais Assistidas



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Na Figura 4, conforme a pergunta número 1 do grupo 2, o gráfico demonstra as áreas estimadas pelos entrevistados. Cada respondente estimou em números a área e a mesma foi representada em porcentagem, para melhor visualização. Pode-se perceber que a Secretaria Municipal da Agricultura responde pela metade das famílias assistidas. Entende-se que por ser um setor vinculado à Prefeitura Municipal, tenha uma abrangência maior do que as demais organizações entrevistadas e os programas desenvolvidos na atual gestão municipal, está disponível para grande parte das localidades rurais.

O Quadro 3 apresenta uma descrição dos projetos desenvolvidos pelas organizações públicas do agronegócio entrevistadas, conforme as respostas da segunda questão do grupo 2.

Quadro 3. Ações e projetos desenvolvidos pelas organizações públicas que contribuem para a sustentabilidade

Entrevistado	Ações e projetos desenvolvidos
E1	Programa Balde cheio; Fruticultura; Apicultura; Alevinos; Horta Comunitária no Bairro Pomares
E2	Melhoria de Campo nativo e rotação de culturas; produção de orgânicos
E3	Fortalecimento do banco de germoplasmas (espécies nativas); Estratégias de conservação do campo nativo (angico); Análise das emissões de gases do efeito estufa;
E4	Selo Ambiental e Certificação de Sementes

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Uma preocupação no meio rural é o descarte de resíduos sólidos gerados nas propriedades, visto que a coleta não atinge a totalidade. Mediante a terceira questão, todos os técnicos entrevistados afirmaram que atuam em nível de organização, para orientar as comunidades rurais, em relação ao uso e descarte das embalagens de produtos químicos e a necessidade de realizar a tríplice lavagem dos vasilhames, antes da entrega ao ponto de coleta, conforme respondeu E4.

A quarta questão abordada no grupo 2, o que tem sido feito na prática a respeito do saneamento básico no meio rural, se existe algum tipo de orientação. A maioria respondeu positivamente destacando

o trabalho das organizações em prol de orientar as famílias sobre as formas de melhoria das fontes, cuidados na higiene de caixas d'água, limpeza do entorno e cercamento de hortas, para evitar a passagem de animais, entre outras orientações. E3 relatou que não realiza o trabalho extensionista como principal atividade. E1 destacou a importante atuação da Universidade Federal do Pampa, em projetos voltados à parte de saneamento básico, nas escolas pólo do interior do município de São Gabriel, integrando alunos e professores com essas comunidades, a fim de efetivar ações de melhoria na qualidade de vida das famílias, no meio rural.

Os respondentes foram questionados na quinta questão do grupo 2, quanto a realização de cursos, dias de campo e palestras sobre temas ambientais, no meio rural. Praticamente todos entrevistados afirmaram que sim, exceto E3, que possui um contato mais restrito às universidades parceiras.

Quando interrogados sobre os principais entraves para a prática mais efetiva de projetos de Gestão Ambiental no meio rural, conforme a questão seis do grupo 2, as respostas foram unânimes, o tempo de aplicação, juntamente com o número reduzido de técnicos; políticas internas; falta de recursos e a ausência de conscientização dos produtores, foram considerados obstáculos.

O Quadro 4 apresenta um resumo do papel de cada organização, para a melhoria dos aspectos ambientais nas propriedades rurais, última questão do grupo 2 do questionário aplicado.

Quadro 4. Papel institucional das organizações entrevistadas

Organização	Papel Institucional
E1	Orientar os produtores e colaboradores em relação às áreas de APP, uso excessivo de maquinários, coleta de resíduos
E2	Orientar os agricultores sobre a preservação dos recursos naturais
E3	Foco na conservação do Bioma Pampa
E4	Trabalhar em cima da conscientização ambiental de produtores rurais

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O Quadro 5 apresenta uma síntese dos resultados obtidos nas entrevistas com as organizações públicas no município de São Gabriel

Quadro 5. Síntese dos resultados obtidos nas entrevistas com as organizações públicas no município de São Gabriel

Temática	E1	E2	E3	E4
Ações e Projetos mais sustentáveis	Sim	Sim	Sim	Sim
Prática de A3P na organização	Sim	Sim	Não	Não
Busca por adequação às legislações ambientais	Sim	Sim	Não	Sim
Busca de soluções ambientais, sociais, culturais	Sim	Sim	Sim	Sim

Responsabilidades ambientais e sociais	Sim	Sim	Sim	Sim
Gestão Ambiental no meio rural	Sim	Sim	Sim	Sim
Práticas sociais nas propriedades rurais	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A partir da análise do Quadro 5, pode-se concluir que há o comprometimento efetivo das organizações entrevistadas com projetos mais sustentáveis, na política interna e nas atividades prestadas em cada instituição. As organizações públicas do Agronegócio, que se destacam no município de São Gabriel, no trabalho extensionista das localidades rurais são EMATER e o IRGA (1º NATE), que atuam na assistência técnica às famílias agricultoras. No segmento da pesquisa também relacionada ao manejo conservacionista e de preservação do Bioma Pampa, se destaca a organização FEPAGRO. Por fim, a Secretaria Municipal da Agricultura de São Gabriel, atuante e comprometida em bem atender o pequeno ao médio produtor rural, através da aplicabilidade de programas da atual gestão do município.

A seguir, um resumo dos principais projetos e ações realizadas pelas organizações entrevistadas:

- O apoio financeiro da Secretaria Municipal da Agricultura, nos setores da produção leiteira, apicultura, fruticultura, piscicultura, projeto de hortas comunitárias no bairro Pomares, entre outros.
- O trabalho extensionista da EMATER no município, realizando palestras de capacitação com variados temas: educação ambiental e saúde da mulher agricultora, projetos de artesanato rural e agricultura a base ecológica, incentivo ao plantio direto e uso racional da água.
- Além da assistência técnica na produção agrícola, o IRGA (1º NATE) em São Gabriel, possui a iniciativa de premiar o produtor rural, na implantação de práticas mais sustentáveis na lavoura, através do Selo Ambiental da Lavoura de Arroz Irrigado do Rio Grande do Sul.

3 Considerações Finais

Através da realização deste trabalho de pesquisa, pode-se identificar vários segmentos de projetos socioambientais, inseridos no contexto das organizações públicas do Agronegócio, no município São Gabriel. Estes projetos existem e fazem parte da missão de cada instituição, principalmente comprometidas em disseminar conhecimentos, promovendo mudanças na realidade da qualidade ambiental, social e cultural das comunidades rurais atendidas.

4 Referências

ADISSI, P. J.; NETO, A.; **Gestão Ambiental de Unidades Produtivas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1 ed., 2013).

BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C.; GOMEZ, C. M.; **A Gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica.** *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, [Internet]. 2007. [citado 28 jan 15]; v. 12, n. 1, p. 165-170 Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v12n1/15.pdf>>.

EMATER. **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.** [Internet]. [citado 09 fev 15]. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/>>.

FEPAGRO - **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária.** Governo lança Programa “Mais Água” nesta quinta-feira. [Internet]. 2011. [citado 09 fev 15]. Disponível em: <http://www.fepagro.rs.gov.br/conteudo/455/?Governo_lan%C3%A7a_Programa_%22Mais_%C3%81gua%22_nesta_quinta-feira>.

GIL, A. C. **Estudo de caso.** São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** [Internet]. 2012. [citado 08 jun 15]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Cidades, informações sobre todos os municípios do Brasil. [Internet]. 2014. [citado 07 Abr 2015. 2015 a]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431830&search=| | infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** PIB per capita a preços correntes - 2012 – cartogramas. [Internet]. 2012. [citado 15 ago 2015. 2015 b]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=43&codmun=431830&idtema=16&codv=v07&search=rio-grande-do-sul|sao-gabriel|sintese-das-informacoes->>>.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Infográficos - Produto Interno Bruto (adicionado). [Internet]. 2104. [citado 16 ago 2015. 2015 c]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=431830&search=rio-grande-do-sul|sao-gabriel|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>.

IRGA - **Instituto Rio Grandense do Arroz** [Estatuto IRGA - Lei 13.697/2011]. [Internet]. 2015. [citado 08 fev 2015. 2015 a]. Disponível em: <[file:///D:/Dados/Downloads/upload-2013040315360213.697%20\(1\).pdf](file:///D:/Dados/Downloads/upload-2013040315360213.697%20(1).pdf)>.

IRGA - **Instituto Rio Grandense do Arroz.** Selo Ambiental da Lavoura de Arroz Irrigado do Rio Grande do Sul. [Internet]. 2015. [citado 08 fev 2015. 2015 b]. Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br/conteudo/4364/selo-ambiental-2013/14>>.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing, uma orientação aplicada.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MMA – **Ministério do Meio Ambiente.** Convenção de Estocolmo. [Internet]. 2004. [citado 19 jan 2015. 2015 a]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/convencao-de-estocolmo>.

MMA – **Ministério do Meio Ambiente.** Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). [Internet]. 2015. [citado 06 fev 2015. 2015 b]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/a3p>>.

MORADILLO, E. F.; OKI, M. C. M. **Educação Ambiental na Universidade:** Construindo Possibilidades. *Quim. Nova*, Vol. 27, Nº 2. [Internet]. 2004. [citado 29 jul 2015]. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/qn/v27n2/19284.pdf>>.

MPOG – **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** [Internet]. 2015. [citado 06 fev 2015]. Disponível em:<http://www.gespublica.gov.br/folder_rngp>.

ODM – **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** [Internet]. 2015. [citado 19 fev 2015]. Disponível em:<<http://www.nospodemos.org.br/objetivos>>.

SÃO GABRIEL – **Prefeitura Municipal de São Gabriel.** Economia. [Internet]. 2015. [citado 07 fev 2015. 2015 a]. Disponível em:<<http://www.saogabriel.rs.gov.br/2013/conheca/economia.html>>.

SÃO GABRIEL – **Prefeitura Municipal de São Gabriel.** Infra – estrutura. [Internet]. 2015. [citado 07 abr 2015. 2015 b]. Disponível em:<<http://www.saogabriel.rs.gov.br/2013/conheca/infraEstrutura.html>>.

THEODORO, S. H.; CORDEIRO, P. M. F.; BEKE, Z. **Gestão Ambiental:** Uma prática para medir conflitos socioambientais. Associação Brasileira de Pós – Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). [Internet]. 2004. [citado 30 jan 2015]. Disponível em:<<http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Gest%E3o%20Ambiental%20e%20Conflitos%20socioambientais.pdf>>.